

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO

0.360.203/08-5



PARANAPANEMA S.A.

CNPJ/MF n.º 60.398.369/0001-26 – NIRE 35.300.316.355

COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 17.04.2008

Data, Hora e Local: 17 de abril de 2008, às 10:00 horas, na sede social da Paranapanema S.A. (“Companhia” ou “Emissora”), na Rua Felipe Camarão n.º 500, em Santo André, Estado de São Paulo. **Presença:** Os Membros do Conselho de Administração da companhia, Srs. Joaquim Ferreira Amaro (Presidente), Wanderley Rezende de Souza, Pedro Frederico Caldas, Marcio Netto Baeta, Carlos Alberto Cardoso Moreira, Antonio Rigotto e Heloisa Cyrillo Gomes Solberg. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) os termos e condições da 6ª emissão de debêntures da Companhia, conforme avençados pela Companhia e os acionistas signatários do Acordo para a Reestruturação Financeira da Paranapanema S.A. e Outras Avenças, firmado em 19 de dezembro de 2006 e aditado posteriormente em 17 de agosto de 2007 (“Acordo de Reestruturação”), a serem submetidos à aprovação pelos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada oportunamente para deliberar sobre referida emissão; e (ii) autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências preparatórias necessárias à realização da 6ª emissão de debêntures, ratificando os atos praticados pela Diretoria até a presente data com tal finalidade, sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Extraordinária que deliberar sobre a emissão. **Deliberações:** Prestados os esclarecimentos necessários, deliberaram os Conselheiros, por maioria, com abstenção dos Conselheiros Antonio Rigotto e Heloisa Cyrillo Gomes Solberg: **(I)** aprovar a 6ª emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, escriturais, em duas séries, com as seguintes características e condições (“Debêntures” e “6ª Emissão”): **(a) Valor Total da 6ª Emissão:** O valor da 6ª Emissão será de até R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais); **(b) Número de Séries:** A 6ª Emissão será realizada em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (“Debêntures da Primeira Série”) e a segunda série no valor total equivalente ao saldo da dívida da Companhia nos termos do Acordo de Reestruturação, atualizado até 31 de março de 2008 (“Debêntures da Segunda Série”); **(c) Quantidade de Títulos:** Será emitido o limite máximo de 1.800 (hum mil e oitocentas) Debêntures; **(d) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data da assembléia geral extraordinária que deliberar sobre a emissão (“Data de Emissão”); **(e) Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal

unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”);

(f) Conversibilidade: (f.1.1) As Debêntures da Primeira Série serão conversíveis em ações da Companhia voluntariamente, a qualquer tempo e a exclusivo critério dos debenturistas; (f.1.2) caso ocorra a conversão voluntária, o preço de emissão das ações será equivalente a 100% (cem por cento) do valor mínimo determinado no laudo de avaliação que servirá de base para a emissão de novas ações para fins de capitalização de parcela do crédito, da forma prevista no inciso (i) do Subparágrafo 2.3.2. do Acordo de Reestruturação; (f.2) as Debêntures da Segunda Série serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia (f.2.1) voluntariamente, a qualquer tempo e a exclusivo critério dos debenturistas; ou (f.2.2) obrigatoriamente e imediatamente após cada amortização das Debêntures da Primeira Série, inclusive qualquer amortização parcial, desde que aludido pagamento seja feito nos prazos a que a Companhia se obrigará, sem nenhum atraso, os debenturistas se obrigam a converter uma quantidade de Debêntures da Segunda Série cujo montante seja igual o montante da amortização das Debêntures da Primeira Série, de forma que seja observado e respeitado o princípio da conversão proporcional de 50% (cinquenta por cento) da dívida contraída nos termos do Acordo de Reestruturação e de pagamento dos 50% (cinquenta por cento) remanescentes nos primeiros 30 (trinta) meses da Data de Emissão; ou (f.2.3) obrigatoriamente por força da amortização antecipada das Debêntures da Segunda Série, caso a Companhia amortizar antecipadamente, quer parcial quer totalmente, as Debêntures da Segunda Série nos primeiros 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão, os debenturistas se obrigam, imediatamente depois de aludido evento, a converter uma quantidade de Debêntures da Segunda Série cujo montante seja igual ao montante da amortização das Debêntures da Segunda Série, de forma que novamente seja observado e respeitado o princípio da conversão proporcional de 50% (cinquenta por cento) da dívida contraída nos termos do Acordo de Reestruturação e de pagamento dos 50% (cinquenta por cento) remanescentes nos primeiros 30 (trinta) meses da Data de Emissão; (f.2.4) caso a conversão voluntária ou obrigatória ocorra nos primeiros 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão, o preço de emissão das ações será equivalente a 100% (cem por cento) do valor mínimo determinado no laudo de avaliação que servirá de base para a emissão de novas ações por força da capitalização de parte do crédito, como previsto no inciso (i) do Subparágrafo 2.3.2 do Acordo de Reestruturação; (f.2.5) caso a conversão voluntária ocorra posteriormente, o preço de emissão das ações será equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do valor mínimo determinado no laudo de avaliação que servirá de base para a emissão de novas ações por força da capitalização de parte do crédito, como previsto no inciso (i) do Subparágrafo 2.3.2 do Acordo para a Reestruturação; **(g) Tipo, Forma e Espécie:** As Debêntures serão escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados e da espécie com garantia real; **(i) Prazo e Data de**



Vencimento: (i.1) As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão; (i.2) As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos a contar da Data de Emissão; **(j) Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, observando-se o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, exclusivamente junto a investidores qualificados nos termos da regulamentação aplicável; (j.1) As Debêntures serão distribuídas no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de distribuição da 6ª Emissão (**"Prazo de Colocação"**), não sendo admitida distribuição parcial das Debêntures; (j.2) As Debêntures serão registradas (j.2.1) para distribuição no mercado primário (j.2.1.1) no Sistema de Distribuição de Títulos (**"SDT"**), administrado e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (**"CETIP"**), sendo neste caso a subscrição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e/ou (j.2.1.2) no Sistema BOVESPA Fix (**"BOVESPA Fix"**), administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (**"BVSP"**), sendo neste caso a subscrição liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (**"CBLC"**); e (j.2.2) para negociação no mercado secundário (j.2.2.1) no SDT ou (j.2.2.2) no Sistema BOVESPA Fix; **(k) Prazo e Formas de Subscrição e Integralização:** As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do Prazo de Colocação com integralização à vista, em moeda corrente nacional e/ou mediante a utilização de créditos detidos por acionistas contra a Companhia, conforme descrito no Acordo de Reestruturação, em ambos os casos, no ato da subscrição, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros das Debêntures da Primeira Série ou dos Juros das Debêntures da Segunda Série (ambos definidos abaixo), conforme o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP ou da CBLC, conforme o caso; **(l) Amortização:** (l.1) As Debêntures da Primeira Série terão amortização única do principal, no vencimento, com observância das regras de liquidação antecipada obrigatória estabelecidas; (l.2) As Debêntures da Segunda Série terão amortização anual do principal, com observância das regras de liquidação antecipada obrigatória estabelecidas e do seguinte: (l.2.1) não haverá amortização no primeiro ano; (l.2.2) haverá amortização de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) no segundo ano; (l.2.3) haverá amortização de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) no terceiro ano; (l.2.4) não haverá amortizações no quarto, quinto e sexto anos; (l.2.5) haverá amortização de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no sétimo ano; (l.2.6) haverá amortização de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) no oitavo ano; (l.2.7) haverá amortização de



R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) no nono ano; (l.2.8) haverá amortização de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) no décimo ano; (l.2.9) haverá amortização do saldo remanescente no décimo - primeiro ano; **(m) Remuneração:** (m.1) A remuneração das Debêntures da Primeira Série será composta por (m.1.1) atualização monetária do Valor Nominal Unitário segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”), capitalizado, e (m.1.2) juros a uma taxa fixa de 6% a.a. (seis por cento ao ano) (“Juros das Debêntures da Primeira Série”); (m.2) A remuneração das Debêntures da Segunda Série será composta por (m.2.1) atualização monetária do Valor Nominal Unitário segundo o IPCA e (m.2.2) juros a uma taxa fixa de 9% a.a. (nove por cento ao ano) (“Juros das Debêntures da Segunda Série”); **(n) Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** (n.1) O pagamento dos juros das Debêntures da Primeira Série ocorrerá na data de vencimento ou na data de qualquer liquidação antecipada; (n.2) A remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, sendo que o montante exigível no primeiro ano será igual a 5% (cinco por cento) da remuneração devida, com a capitalização dos 95% (noventa e cinco) restantes; a remuneração exigível no segundo ano será igual a 50% (cinquenta por cento) da remuneração devida, com a capitalização dos 50% (cinquenta por cento) restantes; a partir do terceiro ano, inclusive, o pagamento da remuneração será integral; **(o) Encargos Moratórios e Multa:** Sem prejuízo da possibilidade de vencimento antecipado previsto a seguir, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos do item “m” acima e, além disso, ficará sujeito a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(p) Vencimento Antecipado:** (p.1) Vencimento Antecipado Cruzado: Na hipótese de qualquer inadimplemento na 1ª série ou na 2ª série, ocorrerá o vencimento antecipado da totalidade das debêntures de ambas as séries; (p.2) Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático: serão declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à 6ª Emissão e exigido da Companhia o imediato pagamento do saldo devedor do Valor nominal unitário atualizado, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, e desde que assim deliberado por titulares de mais do que 50% (cinquenta por cento) da respectiva série: (p.2.1) o protesto reiterado de títulos contra a Companhia, do qual resulte risco à sua solvência; (p.2.2) o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia; (p.2.3) o início do processo de dissolução ou de liquidação da Companhia, salvo se aprovado pelos debenturistas; (p.2.4) a alteração formal ou



informal do objeto da Companhia, salvo se aprovada pelos debenturistas; (p.2.5) o vencimento antecipado de qualquer outra dívida ou dívidas da Companhia em razão de inadimplemento contratual, cujo montante, somado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), montante esse que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; (p.2.6) a inclusão, em acordo de acionistas ou no estatuto da Companhia, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que importem em restrições à capacidade da Companhia ou de suas subsidiárias ou ao seu desenvolvimento tecnológico ou àquele das subsidiárias; (p.2.7) a incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Companhia ou das subsidiárias sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.8) a redução do capital da Companhia sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.9) a criação de ações resgatáveis pela Companhia sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.10) a troca de controle da Companhia sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.11) o cancelamento voluntário ou involuntário do registro de companhia aberta sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.12) a aquisição pela Companhia ou pelas subsidiárias de qualquer participação societária em empresa cujo objeto seja estranho ao objeto da Companhia ou das subsidiárias; (p.2.13) a participação da Companhia ou de qualquer das subsidiárias em consórcios ou associações ou arranjos similares cujo objeto seja estranho ao objeto da Companhia ou das subsidiárias; (p.2.14) a realização de investimento igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) pela Companhia ou pelas subsidiárias não previstos em orçamento anual, sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante este que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; (p.2.15) a contratação pela Companhia ou pelas subsidiárias de qualquer empréstimo ou financiamento ou a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória fora do curso ordinário de seus respectivos negócios que, isolada ou cumulativamente, no período compreendido no orçamento anual então em vigor, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante este que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; (p.2.16) celebração pela Companhia ou pelas subsidiárias de contratos de qualquer natureza fora do curso ordinário de seus respectivos negócios que, isolada ou cumulativamente, no mesmo exercício social, impliquem em criação de obrigação ou obrigações em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante esse que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; (q) **Repactuação:** As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada; (r) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP

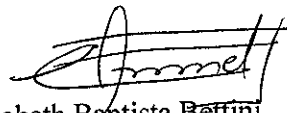


e/ou pela CBLIC, ou por meio do banco mandatário para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada ao BOVESPA Fix e/ou ao SND; (s) **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 10 (dez) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso, acrescido da sua respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação; (t) **Garantia:** (t.1) desde que haja a concordância expressa dos credores do Acordo de Reestruturação, garantia pignoratícia, com o penhor de até a totalidade da participação societária, de propriedade da Companhia, em Carafba Metais S.A. e em Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes; (t.2) desde que haja a concordância expressa dos credores do Acordo de Reestruturação, garantia pignoratícia, com o penhor de até a totalidade da participação societária, de propriedade da Companhia, em Eluma S.A. Indústria e Comércio e em Mineração Taboca S.A.; (u) **Vedação à Circulação:** (u.1) As Debêntures da Primeira Série não poderão ser alienadas sob qualquer forma até a sua amortização integral; (u.2) As Debêntures da Segunda Série não poderão ser alienadas sob qualquer forma até a amortização total das Debêntures da Primeira Série; (v) **Autorização Prévia para Oneração Voluntária ou para Alienação de Ativos:** A oneração voluntária ou a alienação de qualquer ativo permanente da Companhia ou de suas subsidiárias de valor contábil individual superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ficará sujeita à aprovação dos debenturistas; (x) **Liquidação Antecipada Obrigatória:** Os recursos provenientes das fontes indicadas no Subparágrafo 2.3.3 do Acordo de Reestruturação serão utilizados para liquidação total ou parcial de ambas as séries, no prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes ao recebimento pela Companhia desses recursos. Para tanto, poderão ser abertas contas correntes bancárias especiais a serem movimentadas por procuradores especiais e/ou serão realizados os procedimentos estabelecidos no Subparágrafo 2.3.2 do Acordo de Reestruturação; (z) **Deliberação pelos Debenturistas:** Toda e qualquer deliberação dos debenturistas será tomada por maioria simples, exceto aquelas referentes à alteração das características das debêntures, em que será exigido voto favorável de titulares de 95% (noventa e cinco por cento) da totalidade das debêntures. (II) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências preparatórias necessárias à realização da 6ª Emissão, podendo, inclusive, (a)



contratar serviços e celebrar os respectivos contratos com as instituições financeiras que atuarão como coordenadores da distribuição pública, agente escriturador, banco mandatário e agente fiduciário da 6.ª Emissão, em termos e condições que julgar adequados ao interesse da Companhia, bem como (b) apresentar o pedido de registro de distribuição pública das Debêntures da 6.ª Emissão junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Companhia com tal finalidade, sujeitos a aprovação final da 6.ª Emissão e dos termos e condições das Debêntures por parte dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada oportunamente para deliberar sobre a matéria. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Santo André, 17 de abril de 2008. Ass.) Joaquim Ferreira Amaro – Presidente; Wanderley Rezende de Souza, Pedro Frederico Caldas, Marcio Netto Baeta; Carlos Alberto Cardoso Moreira; Antonio Rigotto e Heloisa Cyrillo Gomes Solberg.

Esta é cópia fiel, extraída da Ata lavrada no livro próprio.



Elisabeth Baptista Bettini
Secretária



JUCESP